

Especialistas falam em ajustes para medidas

Valor e forma como será feito pagamento de novos benefícios são alguns dos pontos citados por economistas

Vinicius Neder / RIO

As medidas iniciais para mitigar os efeitos da crise econômica provocada pelo novo coronavírus foram no sentido correto, segundo economistas ouvidos pelo **Estado**, mas alguns deles ponderam que os valores poderão ser insuficientes. Também mencionam dúvidas sobre a forma como os benefícios poderão ser implementados.

Algumas ações já tinham sido anunciadas na segunda-feira.

Ontem, a principal novidade foi o lançamento de um novo benefício assistencial, espécie de “voucher” temporário de cerca de R\$ 200 por mês para trabalhadores informais.

Na visão do diretor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social), Marcelo Neri, o governo acertou ao usar o Cadastro Único do Ministério da Cidadania como ponto de partida do novo benefício social. Mas, a partir de agora, será preciso ajustar as políticas “ao longo do tempo”, preferencialmente tentando focar nos mais pobres. Neri não acha o valor de R\$ 200 ao mês baixo para iniciar o programa. “O Brasil tem situação fiscal séria, e a duração da crise não é conhecida. O melhor é começar de bai-

xo para cima, com velocidade. Primeiro, os beneficiários do Bolsa, depois os registrados no Cadastro Único, para, então, chegar aos informais.”

Para focar nos mais pobres, nas famílias que estão em extrema pobreza, Neri acha que, além de incluir mais beneficiários que estão na fila para receber o Bolsa Família, como já anunciado, o governo deveria

reajustar imediatamente o benefício. Nas contas de Neri, o benefício médio do Bolsa Família, hoje em R\$ 191 por mês, precisaria de um reajuste de 18,8% para ter o mesmo poder de compra do fim de 2014.

Já o coordenador do Observatório de Política Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia da FGV, Manoel Pires, afirma que será um desafio operacionalizar o novo benefício para os trabalhadores informais. Usar a rede do INSS, por exemplo, poderá ser ineficiente, dado que antes mesmo de a crise econômica se agravar, o órgão vinha encontrando dificuldades em conceder benefícios. Recorrer ao Cadastro Único é uma boa saída, mas serve apenas para atingir os trabalhadores mais pobres.

● ‘Desumano’

“Pensa num informal que ganha na faixa de R\$ 1,7 mil a R\$ 2 mil por mês. Aí o governo vai dar R\$ 200 pro cara? É desumano.”

José Luís Oreiro

PROFESSOR DA UnB

.....